

O sector agrícola, a economia nacional e as relações de troca intersectoriais (1950-80)

Fernando Ribeiro Mendes
(Instituto Superior de Economia)

1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o lugar da agricultura no desenvolvimento português após a segunda guerra mundial ressentia-se muitas vezes da inadequação das categorias analíticas com que lida à realidade que procura explicar. Este problema é tanto mais relevante quanto a aceitação confiada, quando não acrítica, das categorias de análise, designadamente as económicas, influi largamente no percurso da análise empreendida quanto ao diagnóstico dos «males» tradicionais da agricultura portuguesa.

Parece, então, oportuno propor partir-se de uma pré-reflexão acerca do emprego de certas categorias de análise económica que sirva ao questionamento de algumas verdades e ao reexame de orientações de pesquisa, *sem pretensões globalizantes*, como primeiro passo de mais ousados empreendimentos neste quadro amplíssimo que é o estudo do lugar da agricultura no desenvolvimento económico do País nos últimos trinta anos.

Um ponto de partida possível é a própria identificação da agricultura (incluindo a pecuária e a silvicultura) enquanto sector (ou ramo) de actividade económica. Existe uma séria dificuldade em fazer coincidir a noção empiricamente formada do que seja actividade agrícola com a delimitação, teoricamente fundada, dos sectores de actividade económica. Com efeito, esta pressupõe um sistema económico nacional *unificado pela extensão das*

relações mercantis a todos os actos ligados à produção e reprodução da existência social dos homens.

Mas, historicamente, a mercantilização de tais actividades, se é certo ter-se processado com celeridade em sede própria - a economia urbano-industrial -, viu as suas incursões em meio rural, sobretudo à medida que nos distanciamos dos centros geográficos do desenvolvimento capitalista planetário, processarem-se com bem menor pujança e êxito mais e mais duvidoso.

A aplicação, nestas condições, das categorias analíticas, próprias à economia urbano-industrial, às esferas onde a mercantilização não recobre aspectos centrais da actividade produtiva, torna-se artificiosa em demasia. Um dos problemas reside no entendimento da esfera de actividade doméstica em relação à esfera de actividade mercantil: teoricamente, para a economia urbano-industrial, a actividade doméstica é ócio, ao nível tanto da função consumo como da oferta de trabalho. E, se este postulado não é completamente pacífico, mesmo no quadro da economia urbano-industrial¹ na delimitação da actividade agrícola ele torna-se inteiramente falacioso. Nas formas de produção agrícola em que predomina trabalho não assalariado e onde os principais meios de produção são, ao menos em parte, propriedade dos produtores directos, a economia doméstica coincide no essencial com a economia da empresa e a aplicação das categorias inspiradas em economia totalmente mercantilizada há-de implicar funda distorção da *lógica* de produção e reprodução dessas mesmas formas produtivas. A afectação dos factores seria baseada, como decorre da aplicação de tais categorias, na sua mobilidade, orientando-se aqueles para as diversas actividades económicas em função da remuneração a auferir: mas, quanto à agricultura, o que, na realidade, se passa é a intervenção, muitas vezes decisiva, de *vínculos não mediados pelo mercado*. Isto passa-se, por exemplo, na afectação da força de trabalho, tantas vezes feita segundo laços familiares ou de vizinhança; noutros casos, o assalariamento temporário pode derivar da necessidade de complementar a poupança doméstica com vista à capitalização da exploração agrícola; sucede também, com frequência, o acesso à terra e ao crédito ser

¹ Cf. J. P. Faugère, «L'allocation du temps de travail entre travail domestique et travail marchand», in *Revue Économique*, vol. 31, n.º 2, Paris, 1980.

facultado através de instâncias de âmbito local ou comunitário que pouco têm a ver com os mercados fundiário e de crédito nacionais².

Dir-se-á que, entre nós, no decurso do século passado, a mercantilização operou com elevado êxito nos meios rurais, em todo o período da Regeneração, pelo que tais situações, a ocorrerem, mais não serão do que simples «sobrevivências». Ora, quanto a isto importa ter presente que o processo de desvinculação da terra se fez por transferência concentrada de parte substancial dos antigos domínios de mão morta para um restrito grupo de negociantes citadinos³, de tal maneira que a mobilidade do factor terra não foi realizada plenamente, em particular no Sul do País. Os proprietários foram sempre preferindo os arrendamentos das terras de curto prazo⁴ retendo o máximo de sobretrabalho camponês sem concessões ao lucro capitalista, facto que fortaleceu a resistência à incursão do capitalismo nos campos, bloqueando investimentos e a capitalização das empresas agrícolas. Também a comercialização da produção agrícola se fez com forte dependência dos mercados externos:

[...] a atrofia do sector industrial [...] acabou por limitar a sua extensão e tornou [o sector comercializado da produção agrícola] cada vez mais dependente dos mercados externos.

Não resistindo à concorrência estrangeira, por razões que se prendem ainda com a «imobilização da terra», os diversos ramos da actividade agrícola «viram as suas possibilidades de escoamento diminuir»⁵ à medida que se aproximava o termo do século.

Quanto ao crédito agrícola, este conheceu rápida expansão nas décadas de 60 e 70 do século passado, sendo a forte hipoteca de prédios rústicos, nesses anos, bem eloquente a tal respeito⁶. Mas tal tendência não se projectou com

² Harriet Friedmann, «Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formations», in *The Journal of Peasants Studies*, vol. 7, n.º 2, Londres, 1980.

³ Armando Castro, «Bens nacionais», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, p. 332.

⁴ M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, A Regra do Jogo, 1976, pp. 219-221.

⁵ Miriam H. Pereira, *Política e Economia (Portugal nos Séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, 1979, pp. 27-28.

⁶ Ver Armando Castro, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa*, «Biblioteca Cosmos», 1974, p. 107; e E. Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Instituto Gulbenkian da Ciência (IGC), 1978, pp. 169 e segs.

vigor idêntico neste século. A estatização do crédito agrícola implementada pelo fascismo esmagou o crédito agrícola mútuo e os pequenos bancos rurais surgidos no século XIX não vingaram:

«[...] bem pode ser considerado [o efeito do crédito de Estado] como simulação de desenvolvimento agrícola e rural quando mantém ou reforça estruturas agrárias assimétricas ao colocar à disposição de grupos sociais preferenciados novos meios de investimento financeiro de custo moderado pelo subsídio público⁷.

Isto é, em vez de acelerar a mobilidade da terra pelo progresso do endividamento, converteu-se antes em tábua de salvação de situações e explorações que o mercado não caucionava.

Também a usura, forma de crédito com características que permitem falar de uma relação de crédito «pré-capitalista», visto os pagamentos de juros se estabelecerem «através de relações pessoais, locais»⁸, manteve sempre uma importância grande, inclusive favorecida pelo sistema de crédito nacional:

«[...] até os agiotas aí o vão buscar [ao capital mutuado a taxas moderadas] para reemprestar a preços de vertiginosa altura⁹.

Junte-se a isto a inexistência de créditos a médio e a longo prazo¹⁰, esses, sim, alavanca de capitalização das empresas agrícolas, e compreender-se-á como a arrancada oitocentista da mercantilização da produção agrícola careceu neste século dos meios necessários ao progresso da sua extensão.

Compreende-se assim que se fale, com referência às estruturas agrárias no primeiro quartel deste século, de «tendências de penetração *limitada* das relações capitalistas, embora mais através de formas *atenuadas* e historicamente particulares, dada a natureza do sistema socioeconómico

⁷ E. Castro Caldas, *op. cit.*, p. 79.

⁸ H. Friedmann, *op. cit.*, p. 172.

⁹ D. Luis de Castro, «Crédito agrícola democrático», citado por E. C. Caldas, *op. cit.*, p. 172.

¹⁰ Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, A Regra do Jogo, 1978, p. 47.

português, [sublinhados nossos]»¹¹, o que parece consistente com a referida travagem na expansão da agricultura mercantilizada.

Em síntese, parece poder afirmar-se que, entre nós, o processo de mercantilização da actividade agrícola, encetado com algum vigor na segunda metade do século XIX, no quadro estrutural da penetração do modo de produção capitalista nos campos, perdeu pujança no dobrar do século, tornando-se irregular, dependente das vicissitudes do comércio externo e sem poder contar solidamente com a procura intermediária da indústria nacional.

No século XX, em certas regiões e períodos, poderá ter mesmo regredido, sem que isso signifique real paragem na submissão dos campos ao capitalismo, entendida esta como crescente articulação subordinada entre agricultura e desenvolvimento capitalista de sede urbana. Mas tal não implica nem o forçoso desenvolvimento do capitalismo agrário, nem tão-pouco a mercantilização generalizada, a que corresponde o predomínio absoluto da pequena produção mercantil.

Ao contrário, devemos partir da verificação de que «o processo de trabalho agrícola é específico como reprodução da natureza e a sua concretização nunca pode fixar-se sob a forma de *mercadoria*. [...] A valorização do conjunto do processo de trabalho agrícola, no contexto da sociedade capitalista, deve ser reconduzida sobre uma fracção de actividade de trabalho, aquela ligada à produção de bens alimentares ou de produtos intermediários para a indústria»¹². E, assim sendo, a subalternização desta e o privilegiar de formas de produção pouco comercializadas, sempre possível, naquela conduzem a uma integração frouxa do processo de trabalho agrícola no processo geral de valorização capitalista. Por esta via se afiguram inteligíveis alguns dos traços marcantes da agricultura portuguesa em nossos dias.

¹¹ A. Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Edições 70, 1979, p. 85.

¹² Christian Palloix, «Crise du procès de travail agricole et internationalisation du capital des I.A.A.», comunicação ao *Séminaire International sur l'Application de la Théorie à l'Internalisation du Capital et l'Étude 424 de la Transformation de l'Agriculture à l'Échelle Mondiale*, Paris, 1981, ed. mimeografada, pp. 6-7.

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL

Não considerando as transferências directas de capitais da agricultura para as actividades urbanas, a articulação da agricultura com o desenvolvimento urbano-industrial do modo de produção capitalista pode conceber-se estruturada nos seguintes níveis, do ponto de vista da economia nacional:

- a) Produção de alimentos para a população desligada da actividade agrícola pelo progresso da divisão social do trabalho: função *alimentar*;
 - b) Produção de matérias-primas para as actividades de transformação industrial: função de oferta de *meios intermediários*;
 - c) Alargamento do mercado interno: função de *escoamento* da produção industrial;
- Produção de força de trabalho suplementar ou reabsorção de excedentes, conforme o sinal da evolução das actividades urbano-industriais: função de *reserva* de mão-de-obra.

Estes níveis específicos de articulação devem ser relacionados com a problemática da extensão das relações mercantis à actividade agrícola, um a um, para se compreender o significado das combinações possíveis de soluções que especificam, por sua vez, diversos tipos de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial.

Função *alimentar*: alicerçado sobretudo em produções vegetais básicas na função, o *capitalismo agrário* desenvolve-se dimensionado em vastas explorações agrícolas que realizam acentuada concentração de meios produtivos. Sabe-se, porém, como este processo encontra fortes obstáculos no próprio instituto da propriedade privada da terra e no desenvolvimento das aplicações da ciência à cultura, de que «se poderia mesmo dizer que a pequena exploração estava melhor colocada para as explorar a fundo»¹³ É, afinal, a *pequena produção mercantil* que surge como forma mais adequada ao

¹³ Claude Servolin, «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, in Y. Tavernier, M. Gervais e C. Servolin, *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*, Armand Colin, 1972, p. 44.

cumprimento desta função, em particular nas actividades pecuárias, tendo demonstrado enorme capacidade para intensificar a produção sob a pressão de tendências baixistas nos preços relativos dos produtos agrícolas. Mas, a par dela, ocorrem variadas soluções alternativas, por recurso a formas não mercantilizadas de produção de subsistências complementares do salário industrial (agricultura a tempo parcial, complementar e não autónoma), ou fora do quadro da economia nacional (importações alimentares).

Função de oferta de *meios intermediários*: as soluções neste nível configuram-se tendo por finalidade básica a compressão dos custos da produção industrial, pelo que podem ser em muitos casos terreno favorável a uma produção de baixa inserção no mercado dos factores produtivos, visto que o seu interesse não é tanto beneficiar do mecanismo da «troca desigual» como a *fuga ao funcionamento da lei do valor*, concretamente ao estabelecimento do tempo de trabalho socialmente necessário como padrão da troca de equivalentes¹⁴. Noutros casos, em que não há recurso possível a formações agrárias não mercantilizadas, é uma vez mais a *pequena produção mercantil* a solução preferenciada pelas razões já expostas, se não houver vantagem ou imprescindibilidade no recurso à importação.

Função de *escoamento* da produção industrial: aqui, a maior parte das soluções passam pela *extensão máxima da mercantilização*, com vista a criar um poder de compra alargado para os bens de consumo, pessoal como produtivo. Outras soluções podem intervir quando ocorrem factores exógenos que levem à criação de poder de compra das famílias agrícolas. Caso contrário, o terreno está aberto à institucionalização de mecanismos de transferência de riqueza do campo para a cidade, por via da degradação acentuada dos termos de troca intersectoriais¹⁵. Mas, também aqui, o predomínio do sector exportador na indústria pode abrir espaço a outras soluções.

Função de *reserva* de mão-de-obra: as formas de produção não mercantilizadas são soluções privilegiadas para produzir e reproduzir, sem

¹⁴ Cf. H. Friedmann, art. cit. in *op. cit.*, p. 173.

¹⁵ Ver Denis Cépède, «Le transfert chrématistique», in *Cahiers de l'ISEA*, vol. V, n.º 5, Paris, 1971; e Kostas Vergopoulos, «La productivité social du capital dans l'agriculture familiale», in *L'Homme et la Société*, n.ºs 45-46, Paris, 1977.

custos para o capital de sede urbana, um contingente supletivo de força de trabalho para as actividades urbano-industriais, funcionando como autêntico mecanismo regularizador do mercado de trabalho não agrícola. Ao contrário, as formações capitalistas agrárias levantam o problema inverso, obrigando muitas vezes ao lançamento de obras públicas para resolver problemas de desemprego crónico ou estacional. O atrofiamento desta função pode ser realizado pelo crescimento de sistemas aperfeiçoados de segurança social e/ou pelo recurso à imigração.

Sem pretender elaborar qualquer tipologia, pode tomar-se como certo que as combinações possíveis das soluções para cada nível de articulação hão-de caracterizar situações bem diferenciadas de subordinação da agricultura ao capitalismo de sede urbana e que o predomínio das formas mercantilizadas de produção familiar aos diversos níveis ocorre sobretudo nas formações sociais do centro capitalista, onde a extensão das relações mercantis é máxima. Ao invés, a resistência à mercantilização cresce nas formações da periferia.

Esta indicação esquemática interessa-nos sobremaneira para a análise da situação portuguesa nos últimos trinta anos, em que ocorre uma singular combinação de formas mercantis e resistentes à mercantilização no mosaico diversificado das estruturas agrárias nacionais.

3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PRODUTIVIDADE E MERCANTILIZAÇÃO

Do ponto de vista da produção nacional, a importância do sector agrícola afere-se, no fundamental, e como se sabe, por:

- a. A dimensão do produto agrícola relativamente ao produto nacional;
- b. A dimensão da população activa com profissão agrícola no total da população activa com profissão.

As apreciações de ordem qualitativa estão, no essencial, circunscritas ao cotejo no tempo e/ou no espaço daquelas duas dimensões, por via da noção de produtividade¹⁶.

De forma sintética, e nesta ordem de ideias, podemos construir o seguinte quadro para o início de cada uma das três décadas últimas em Portugal.

O sector agrícola na produção nacional

[QUADRO N.º 1]

Indicadores		1950	1960	1970
A	PAB/PIB (percentagem).....	31	23	15
B	PAA/PAT.....	47	41	30
C	A/B	0,659	0,563	0,493

PAB: produto agrícola bruto.

PIB: produto interno bruto.

PAA: população activa com profissão agrícola.

PAT: população activa com profissão total.

Fonte: INE, *Contas Nacionais e Recenseamentos da População*.

Na linha C, o quociente A/B permite, de imediato, vislumbrar as implicações qualitativas da evolução dos valores de A e B no vinténio de 1950-70, a saber: o ritmo de acréscimo da produtividade do trabalho agrícola foi inferior ao da produtividade agregada do trabalho na economia nacional, ilustrado pelo decréscimo relativo da capitação média do produto agrícola por activo agrícola em percentagem da capitação média agregada, de 66% para 49%¹⁷. Para ganhar novos elementos de análise e de conhecimento importa, porém, que nos interroguemos sobre os limites destes indicadores para descrever e fundamentar análises das realidades que designam.

Consideremos o indicador A. Desde logo avulta aí problema fundamental derivado da metodologia de cômputo. Nos valores do PAB e do PIB,

¹⁶ Na tipologia clássica de Simon Kuznetz trata-se do «contributo de produto» para que se pode usar de duas medidas, a do acréscimo do produto agrícola no acréscimo agregado do produto nacional e a dos acréscimos das capitações agrícolas e não agrícolas na capitação total (produto nacional por activo). Cf. S. Kuznetz, «Economic growth and the contribution of agriculture: notes on measurements», in C. Eicher e L. Witt (eds), *Agriculture in Economic Development*, McGraw Hill Book Cy., 1964 (reedição); A. Monteiro Alves e F. G. Silva, *A Contribuição do Sector Agrícola para o Desenvolvimento Económico em Portugal*, IOC, 196S; A. Cortês Lobão, «Agricultura portuguesa e integração europeia», in *Economia*, vol. III, n.º 2, 1979.

O pressuposto básico destas medidas é a extensão absoluta das relações mercantis a todos os sectores de actividade económica, até pela natureza dos agregados de contabilidade nacional que utilizam. Por economia de exposição e para discutir o alcance deste mesmo pressuposto adoptou-se uma medida do contributo agrícola para o produto algo mais condensada, mas dela derivada.

¹⁷ Recorde-se ser

$A/B = PAB/PIB : PAA/PAT = PAB/PAA : PIB/PAT$

elaborados pelo INE, está incluída a parcela de autoconsumo e auto-aprovisionamento das unidades produtoras agrícolas¹⁸. E, se nos reportarmos a 1968, sabemos que 71% do número total das explorações e 29% da área agricultada produziām principalmente para o autoconsumo familiar¹⁹.

Um exemplo dá-nos conta do alcance da inclusão ou exclusão do autoconsumo no produto. Partindo dos valores oficiais dos agregados considerados, vejamos o que se passa ao tomarmos alternativamente as seguintes hipóteses:

- a) A taxa do autoconsumo no PAB (tac) é constante e $tac = 40\%$;
- b) A taxa do autoconsumo é variável e em 1950 $tac = 50\%$, em 1960 $tac = 40\%$, em 1970 $tac = 30\%$.

Deduzamos a parcela autoconsumida dos agregados PAB e PIB (em coerência, aliás, com o princípio subjacente a estas categorias, anteriormente explicitado, de assimilar as actividades domésticas ao ócio); feitos os cálculos e mantendo-se os valores da PAA e da PAT²⁰, tem-se:

O sector agrícola comercializado na produção nacional

[QUADRO Nº 2]			
Indicador C	1950	1960	1970
Segundo a hipótese a)..<	0,451	0,373	0,317
Segundo a hipótese b)..<	0,389	0,373	0,363

Obviamente, a exclusão de parcela de autoconsumo em proporção constante nos três anos não altera o essencial da evolução retratada pelo quadro n.º 1, mas, ao tomarmos a hipótese b), o desfazamento de ritmos de crescimento das produtividades do trabalho agrícola e agregada quase desaparece.

O exemplo não serve para sustentar que a produtividade do trabalho agrícola tenha crescido a par com a produtividade agregada no País, mas (e é deste ponto de vista que o julgamos concludente) foca o alcance da adopção

¹⁸ Cf. INE, *As Contas Nacionais Portuguesas: 1958-1971*, «Colecção Estudos», n.º 46, p. 8.

¹⁹ INE, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968.

²⁰ O facto de se deixar «intocada» esta relação entre PAA e PAT deve-se a que a população activa com profissão em agricultura não esgota, nem de longe, toda a gama de situações em que ocorre actividade agrícola. Assim sendo, faz todo o sentido relacionar só aquela com o produto comercializado,

do artifício da «mercantilização contabilística» da produção autoconsumida, que:

- a) No rigor dos princípios, só tem existência económica em termos de desutilidade (enquanto «ócio»);
- b) Em termos práticos, é produzida segundo uma racionalidade puramente doméstica, sem atender às indicações estritas do mercado, onde, de resto, os preços não seriam os mesmos se tal produção nele fosse lançada.

Em abono do que se acaba de escrever, repare-se que, se estudarmos a mesma relação PAB:PIB/PAA:PAT, sem dedução do autoconsumo, para os distritos do continente nos anos de 1960 e 1970, vamos encontrar maior estabilidade de valores na relação, no espaço da década, justamente nos distritos de maior comercialização do produto, notória no quadro n.º 3, apesar da insuficiência do indicador de autoconsumo a que se recorreu.

Acentue-se que o mesmo ocorre inclusivamente nos distritos mais industrializados do País, onde, conseqüentemente, o sector agrícola menos pesa na produção e na produtividade agregadas, afinal onde se esperaria maior desfazamento de ritmos dos acréscimos das produtividades do trabalho agrícola e agregada: casos de Lisboa, Setúbal e Porto.

pressupondo que as outras situações menos transparentes do ponto de vista censitário se relacionam fundamentalmente com o autoconsumo.

Comercialização do produto e produtividade por distritos em 1960 e 1970(a)

[QUADRO N.º 31]

Distritos	100-tac(b)	1960	1970
Aveiro.....	42	0,794	0,593
Beja.....	86	1,000	0,915
Braga.....	34	0,683	0,637
Bragança.....	60	0,917	0,536
Castelo Branco.....	65	0,854	0,729
Coimbra.....	31	0,812	0,477
Évora.....	96	1,095	1,038
Faro.....	70	1,048	0,679
Guarda.....	56	0,962	0,820
Leiria.....	47	0,895	0,579
Lisboa.....	88	0,583	0,548
Portalegre.....	94	0,926	1,127
Porto.....	45	0,774	0,740
Santarém.....	73	1,009	0,816
Setúbal.....	92	0,736	0,520
Viana do Castelo.....	12	0,881	0,725
Vila Real.....	55	0,820	0,692
Viseu.....	35	0,944	0,539

(a) Relação PAB/PIB/PAA: PAT.

(b) A importância do autoconsumo é dada complementarmente pela percentagem da área das explorações agrícolas com mais de 50% da produção destinada ao mercado no *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente (1968)*.

Fonte: M. Pereira, *A Estrutura Agrária Portuguesa (196S-1970)*, Oeiras, IGC, 1979.

Importa também indagar da influência das marchas dos preços relativos agrícolas e não agrícolas no comportamento do indicador utilizado. No quadro n.º 4 apresentamos a relação entre o produto agrícola e o produto agregado a preços correntes dos anos considerados e a preços constantes de 1963.

O produto agrícola bruto em percentagem do produto interno bruto

[QUADRO N.º 4]

PAB/PIB (percentagem)	1950	1960	1970
A preços correntes	31	23	15
A preços de 1963	32	23	15

Fonte: ver quadro n.º 1.

Como se pode ver, as alterações dos preços relativos não interferiram significativamente no indicador nos anos em análise, pelo que as considerações anteriores hão-de tomar-se como dizendo também respeito à evolução em volume das produções agrícola e agregada.

O que deve ser colocado no cerne da análise daquilo que atrás chamámos função alimentar é, porém, a coexistência de situações bem diferenciadas quanto à mercantilização da actividade agrícola, em particular ao nível de

comercialização do produto agrícola. O confronto das marchas das produtividades do trabalho agrícola e agregada para averiguar do bem fundado da acusação de subemprego e desemprego oculto na agricultura portuguesa, que é frequente, teima em confundir dois problemas: um, o da existência de excedentes de mão-de-obra a que importaria pôr cobro, e outro, o da existência de formas de produção e produtores não inseridos plenamente no quadro de relações mercantis dominantes na formação portuguesa. Aquele é um fenómeno de conjuntura que pode ou não ocorrer com maior ou menor persistência, cuja correcção deveria resultar do próprio funcionamento dos mercados de trabalho; mas o segundo constitui uma solução histórica e estruturalmente precisa em matéria de função alimentar, uma forma de articulação com o desenvolvimento urbano-industrial em que «perto de 3/4 das explorações agrícolas portuguesas [se] encontram, nos finais dos anos 70, ainda voltadas sobre si mesmas, produzindo para o autoconsumo e, como tal, não são atingidas por políticas de preços e mercados»²¹.

Por outro lado, o facto de a produtividade do trabalho agrícola quase se não atrasar em relação à produtividade agregada nas situações de mais extensa mercantilização da produção agrícola não deverá levar-nos a anatemizar as situações de resistência à mercantilização, mas sim, caso se queira lançar anátemas, o recurso às mesmas categorias de análise para lidar com fenómenos tão diferentes. No plano da economia nacional, a eficácia económica das formas de produção não orientadas primordialmente para o mercado tem de ser avaliada sobretudo enquanto factor de embaratecimento dos custos de reprodução da força de trabalho urbano-industrial, por via dos sectores que mantêm vínculos com a actividade agrícola nas suas formas de exploração complementar e não autónoma.

Noutros termos, constitui relevante factor de sobreexploração de assalariados industriais (em analogia com uma boa parte do assalariamento agrícola), pois, «a mais-valia total [que sobre eles pesa] é constituída não apenas pelo sobretrabalho extorquido durante o período de emprego, mas igualmente por todo o valor necessário à manutenção do trabalhador fora do período de trabalho na empresa capitalista»²². Quer dizer, mesmo o que é

²¹ A. Cortês Lobão, art. cit. in *op. cit.*, p. 195.

²² Ch. Bernard, «Les approches du chômage déguisé dans l'agriculture des pays sous-développés (bilan

vendido no mercado, nestas situações de agricultura, pode desempenhar, para a economia nacional, uma função equivalente à do autoconsumo.

4. RELAÇÕES DE TROCA INTERSECTORIAIS

Sabemos como actua o processo de mercantilização da produção agrícola em formas predominantemente familiares, do ponto de vista da subordinação desta esfera de produtores aos imperativos e à lógica de acumulação capitalista urbana. A aquisição generalizada de factores produtivos à indústria, o endividamento à banca e a venda da maior parte da produção aos mercados urbanos e à agro-indústria permitem, na verdade, a criação de mecanismos de extorsão eficazes dos ganhos de produtividade agrícola²³.

A resistência bem sucedida (por razões históricas e/ou circunstanciais) à mercantilização coloca os produtores agrícolas independentes numa situação diversa: sempre que existam meios suficientes para fazer vingar a reprodução não mercantilizada de formas de produção agrícola, tais mecanismos de extorsão, que actuam por via das relações mercantis, têm a sua eficácia fortemente limitada e a pressão objectiva para transferir alhures os ganhos de produtividade agrícola dificilmente se exerce.

À luz desta perspectiva, procuremos situar então a evolução dos preços relativos agrícolas e não agrícolas da década de 50 para cá, em Portugal.

critique)», in *Cahiers de l'ISMEA*, vol. XIV, n.º 1, Paris, 1980.

²³ Ver Eduardo de Freitas e outros, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, Presença, 1976, cap. I.

Índices de preços implícitos na década de 1950(a)

[QUADRO N.º 5]

Anos	Agricultura, silvicultura e caça	Outros ramos	Transformadoras e construção civil
1950	97	98	96
1951	102	102	103
1952	106	103	104
1953	100	103	105
1954	100	100	100
1955	104	100	100
1956	109	103	103
1957	109	105	105
1958	110	105	105

a) O índice é $I = \frac{\text{valor acrescentado bruto a preços correntes}}{\text{valor acrescentado bruto a preços de 1954}} \times 100$ para cada ramo considerado.

Fonte: INE, *O Rendimento Nacional Português*, «Colecção Estudos», n.º 34, 1960, pp. 314-317.

Perante os dados disponíveis, parece poder afirmar-se com segurança que, no decurso da década de 50, os agricultores viram, em termos médios, os preços a que venderam os seus produtos aumentarem a ritmo mais veloz do que os dos produtos não agrícolas. Com efeito, os índices de preços implícitos nas séries do produto interno bruto acusam uma mudança de ritmo de crescimento dos preços médios agrícolas, suplantando o dos outros sectores, na segunda metade da década, tal como se lê no quadro n.º 5.

Esta mesma evolução foi prosseguida nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1970, os preços agrícolas aumentaram perto de 50% em relação à estrutura de preços relativos do ano-base (1963), enquanto, nas restantes produções da economia portuguesa, o aumento médio ronda os 30%, como se dá conta no quadro n.º 6. De então para cá, tal tendência não deixou de se manifestar.

**Índices de preços implícitos de 1960 a 1976 em alguns ramos de actividade económica
(1963 = 100)**

[QUADRO N.º 6)

Anos	Agricultura, silvicultura e caça	Outros ramos	Indústria transformadora	Construção e obras públicas
1960	99	96	95	95
1961	99	98	98	101
1962	98	99	96	100
1963	100	100	100	100
1964	104	101	100	100
1965	112	101	105	99
1966	126	111	107	101
1967	128	115	107	118
1968	128	113	107	119
1969	141	120	112	121
1970	149	123	115	123
1971	163	129	116	137
1972	181	138	127	159
1973	212	149	138	175
1974	245	178	171	224
1975	248	211	193	280
1976	341	239	229	321

Fonte: INE, *As Contas Nacionais Portuguesas: 1958-1971*, «Coleção Estudos», n.º 46, 1974;
Contas Nacionais. Estimativas de 1970 a 1976, 1978.

Estas séries responsabilizam a agricultura de acentuadas pressões inflacionárias. Todavia, o que nos ocupa aqui é o confronto entre compras e vendas dos agricultores, isto é, os exactos termos de troca intersectoriais. Aceitando a ponderação do produto agrícola bruto como fiel às efectivas proporções em que os agricultores vendem a parte comercializada da sua produção, interessa-nos lançar luz sobre a provável evolução das compras aos restantes sectores da economia para possibilitar, ainda que de modo imperfeito, o confronto entre esses dois lados da economia familiar camponesa.

Colocados nesta perspectiva, cedo nos apercebemos de que a variedade de tipos de exploração agrícola e de agricultores dificulta em muito a construção de um índice representativo das compras dos agricultores. Há, pois, que introduzir hipóteses simplificadoras.

Fazendo abstracção de outras situações, consideremos as famílias cuja economia doméstica coincide com a da empresa agrícola. Recorrendo às estimativas existentes da dimensão económica das explorações agrícolas de mão-de-obra predominantemente familiar²⁴, sabemos que estas 700 000 explorações originavam, aproximadamente, 58% do PAB do continente, nos

²⁴ Francisco Cordovil, *Estrutura das Explorações Agrícolas*, IGC, 1979, p. 181.

anos de 1968-70 (e aos preços correntes de 1970). Tomemos como hipóteses as seguintes:

- Esta percentagem mantém-se ao nível do valor bruto da produção e da formação bruta do capital fixo;
- Não houve alterações significativas entre 1968-70 e 1974;
- Este valor é independente da taxa de autoconsumo.

Definimos a despesa D destas famílias como:

$$(1) D = \text{consumo pessoal (A)} + \text{consumos intermediários (B)} + \text{formação bruta de capital fixo (C)}$$

Podemos determinar a estrutura interna de D, em termos médios, para o ano de 1974 como se apresenta no quadro n.º 7.

Estrutura da despesa média da família agrícola em 1974 (em escudos)

[QUADRO N.º 7]

Despesas	A preços de 1974	Percentagem	A preços de 1963	Percentagem
A	50415	75,2	22916	70,6
B	14050	20,9	8216	25,3
C	2629	3,9	1335	4,1
D	67094	100,0	32467	100,0

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas Familiares (1973-1974)*; GEBEI, *Sistema de Matrizas (60x60)* – 1974.

Repare-se que estes valores (a preços correntes) traduzem uma situação em que D excede o rendimento bruto médio estimado para as explorações familiares, segundo as hipóteses supra, que é de 52 450\$, o que se pode tomar como significando estar a economia destas famílias dependente em avultadíssimo número de casos de rendimentos originados fora da agricultura.

Fixada esta estrutura, passemos à elaboração de um índice de preços das compras dos agricultores (IPC) para o ano t, sendo o ano-base um dado t = 0

Tem-se:

$$(2) \text{IPC} = \frac{\text{compras dos agricultores no ano } t \text{ a preços de } t}{\text{compras dos agricultores no ano } t \text{ a preços de } t=0} = \frac{D_t^t}{D_0^t}$$

Em virtude da definição (1), (2) é equivalente a:

$$(3) \text{IPC} = \frac{(A+B+C)}{(A_0+B_0+C_0)} = \frac{A_t^t + B_t^t + C_t^t}{A_0^t + B_0^t + C_0^t}$$

Desenvolvendo, vem

$$(4) \quad IPC = A_0^t / D_0^t \times A^t / A_0^t + B_0^t / D_0^t \times B^t / B_0^t + C_0^t / D_0^t \times C^t / C_0^t$$

Designando os índices de preços de cada uma das componentes de D por

$$IPCA = A^t / A_0^t$$

$$IPCB = B^t / B_0^t$$

$$IPCC = C^t / C_0^t,$$

É, finalmente:

$$(5) IPC = A_0^t / D_0^t \times IPCA + B_0^t / D_0^t \times IPCB + C_0^t / D_0^t \times IPCC$$

Sendo o ano-base 1963, adoptemos os seguintes²⁵:

IPCA = índice de preços no consumidor na cidade do Porto,

IPCB = índice de preços implícito nas séries de valor acrescentado bruto da indústria transformadora (Contas Nacionais),

IPCC = índice de preços implícito nas séries de formação bruta de capital fixo (Contas Nacionais),

e aceitando a constância da estrutura de D em todo o período de análise, fixando-a nos valores de 1974 (quadro n.º 7), a equação (5) ganha a forma

$$(6) IPC = 0,706 \times IPCA + 0,253 \times IPCB + 0,041 \times IPCC$$

Feitos os cálculos, obtemos a série que consta da segunda coluna do quadro n.º 8.

A ilação fundamental que se retira do quadro n.º 8 é que, no decurso das três décadas posteriores à segunda guerra mundial, os termos de troca que presumivelmente afectaram as condições em que os agricultores compraram e venderam factores e produções não registam degradação, bem ao contrário, à excepção de dois curtos períodos: 1968-70, coincidente com o surto tecnocrático da primeira fase do marcelismo, e 1974-75, a seguir ao derrube da ditadura.

²⁵ Uma superior desagregação de D poderá aperfeiçoar o índice agregado. Todavia, a marcha global do índice não virá, no essencial, alterada. Outros procedimentos confirmam o mesmo fenómeno, como o que noutra oportunidade apresentámos (cf. F. Ribeiro Mendes, «Evolução global dos preços favorável ao rendimento agrícola», in *Diário de Notícias*, suplemento económico de 17 de Setembro de 1979).

A relação dos agricultores portugueses com o mercado, por razões que importa dilucidar, parece ser a de terem impedido durante o largo período de acelerado desenvolvimento urbano-industrial do pós-guerra a sistemática transferência dos ganhos de produtividade do trabalho agrícola através do mercado para a economia de sede urbana.

Índices de compra e vendas dos agricultores

[QUADRO Nº 8]

Anos	IPC	IPV(a)	IPC/IPV
1958.....	92	95	0,968
1959.....	93	96	0,969
1960.....	96	99	0,969
1961.....	96	99	0,969
1962.....	97	98	0,989
1963.....	100	100	1,000
1964.....	102	104	0,981
1965.....	107	112	0,955
1966.....	113	126	0,897
1967.....	117	128	0,914
1968.....	122	128	0,953
1969.....	134	141	0,650
1970.....	151	149	1,013
1971.....	147	163	0,902
1972.....	161	181	0,889
1973.....	180	212	0,849
1974.....	226	245	0,922
1975.....	265	248	1,068
1976.....	311	341	0,912

(a) Índice de preços agrícolas implícito nas séries do PAB (*Contas Nacionais*).

Fonte: INE, *Contas Nacionais e Anuários Estatísticos*

E não se julgue que tal facto deriva essencialmente do acentuado intervencionismo estatal em matéria de preços e dos subsídios, pois os resultados que atrás obtivemos, embora abranjam estes, quanto àqueles, sucede que são os preços mais fortemente condicionados pelo Governo os que andamento mais lento tiveram, como ressalta do quadro n.º 9.

Com efeito, à excepção dos cereais, o andamento dos preços no produtor por unidade da produção considerada ultrapassa frequentemente o andamento do IPC. A amplitude do fenómeno, é oportuno dizê-lo, está subestimada pelo processo de construção do IPC. Recorde-se que pesa fundamentalmente neste índice o IPCA, que identificámos com o índice de preços no consumidor na cidade do Porto. Ora tal hipótese ignora o facto de parte significativa das despesas englobadas em A, as alimentares, serem, em boa medida, autoconsumos. Também no IPCB, o índice adoptado não dá conta dos auto-aprovisionamentos dos agricultores.

Para esboçar adequada interpretação destes resultados importa ter presente alguns aspectos concernentes ao que vimos designando como função de oferta de meios intermediários para o desenvolvimento industrial e também a função de escoamento da produção industrial.

Quanto à primeira, reportando-nos ao ano de 1974, sabemos que o valor bruto da produção agrícola tinha a seguinte utilização²⁶:

Consumos intermediários.....	53%
(dos quais para as indústrias agro-alimentares e agricultura...)	39%
Consumo privado.....	42%
Exportação.....	5%

Índices de preços no produtor(a)

[QUADRO Nº 9]

Anos	Trigo	Milho	Arroz	Feijão	Batata	Azeite	Vinho	Carnes(b)
1963	100	100	100	100	100	100	100	100
1964	100	99	106	97	85	100	100	119
1965	110	122	108	105	148	118	98	111
1966	108	116	115	130	175	118	134	119
1967	108	113	119	136	98	118	181	128
1968	108	114	127	148	108	129	170	117
1969	108	113	130	161	149	129	223	122
1970	108	109	133	161	109	129	197	151
1971	118	129	131	178	140	129	204	166
1972	118	129	129	193	189	147	279	194
1973	142	122	129	229	210	188	326	214
1974	118	180	180	329	259	325	248	-
1975	164	249	220	513	381	300	288	-
1976	164	249	244	695	551	418	374	-

a) Preços médios anuais ponderados.

b) Retirado de J.A. Girão, *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-1973): uma perspectiva*, IGC, 1980.

Fonte: INE, *Estatísticas Agrícolas*.

A oferta de meios intermediários não alimentares constituía o destino directo de apenas 14% da produção total agrícola, com diminuto peso no total dos consumos intermediários dessas indústrias.

Quanto à função de escoamento no mesmo período, sabemos que os consumos intermediários, a formação bruta de capital fixo e a exportação constituíam o destino de cerca de dois terços da produção industrial portuguesa. Ora a intervenção da agricultura como compradora de bens de capital não ia além de um décimo da produção industrial respectiva. Ao nível dos bens de consumo pode supor-se fundadamente uma intervenção do sector ainda mais fraca.

²⁶ GEBEI, *Sistema de Matrizes (60 x 60) – 1974*.

A modéstia de tais solicitações por parte da indústria nacional, o largo papel concedido às formas produtivas não mercantis na função alimentar, requerido pelo surto industrial no Centro e Norte litorais do País, a marcada extroversão de importantes ramos da indústria e a persistência histórica e estrutural da emigração, ampliando a função de reserva de mão-de-obra para uma escala de internacionalização da nossa economia, estão na raiz da evolução das relações de troca intersectoriais que surpreendemos através do índice construído.

Uma específica combinação de soluções resistentes à mercantilização aos diversos níveis de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial teve como consequências principais as seguintes:

Em primeiro lugar, a cristalização de um certo papel «pré-capitalista» da propriedade fundiária e, possivelmente, da usura, como mecanismos decisivos de apropriação de sobretrabalho camponês, isto é, enquanto relações de produção, sob formas transicionais, de que é exemplo a parceria, e o preço da terra (renda capitalizada) manteve-se como elemento preponderante dos encargos de produção em formas de agricultura familiar;

Em segundo lugar, o desenvolvimento de uma capacidade «positiva» do conjunto do sector agrícola de se afirmar perante os mercados, a montante como a jusante, na justa medida em que estava de posse de recursos alternativos aos rendimentos originados no mercado interno, tanto em matéria de subsistências como de financiamentos para o investimento produtivo, e desse modo pôde sustentar a pressão mercantil actuando no sentido da degradação dos termos de troca intersectoriais.

5. REPRODUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS

As considerações finais do ponto anterior prendem-se à ampla problemática da reprodução das formas de produção agrícola. Sabemos que o movimento complexo de renovação das condições de produção se efectua no contexto da formação social, a qual, em combinação com a estrutura interna da unidade

produtora, determina a reprodução, desagregação e transformação das formas produtivas historicamente desenvolvidas²⁷.

Ora estes dois níveis de especificação - a formação social e a estrutura interna da unidade -, para além de produzirem a diferenciação básica entre formações agrárias mercantilizadas (no limite, a pequena produção mercantil) e formações agrárias resistentes à mercantilização, oferecem um extenso e rico campo de aprofundamento. O primeiro oferece-o quanto às funções de articulação agricultura/desenvolvimento urbano-industrial; o segundo, quanto à combinação de factores e actividades no quadro da unidade produtora, entendida esta no sentido amplo de feixe de relações que envolvem diversos agentes sociais detentores de factores e produtos e os estruturam em diversas classes sociais.

Tal aprofundamento requer, porém, instrumentos específicos de conhecimento, como sejam estudos monográficos e sectoriais, que escasseiam, e os resultados do mais recente recenseamento agrícola²⁸, ainda não disponíveis. Nos limites do nível mais geral em que temos vindo a raciocinar, queremos todavia rematar com duas breves notas.

A primeira refere-se à questão do investimento agrícola.

Já atrás mencionámos a importância do preço da terra nos encargos de produção da agricultura familiar, mas interessa destacar as consequências que daí decorrem. Porque obriga a avultados investimentos em capital «fictício», na medida em que é renda fundiária capitalizada e não produz remuneração própria, contribui, por isto mesmo, para a conservação e o imobilismo das estruturas agrárias, designadamente as fundiárias. Todavia, os investimentos em «capital fundiário» são geralmente silenciados quando se recrimina o baixo nível de investimento agrícola. Por outro lado, os investimentos em capital fixo vivo não entram nos macragregados com que se caracteriza o investimento agrícola, mas eles são tanto mais importantes quanto a pecuária vem crescendo na agricultura portuguesa e a sua dimensão, relativamente aos outros investimentos, cresce no quadro das formas de produção familiares.

²⁷ H. Friedmann, art. cit., in *op. cit.*, p. 162.

²⁸ Assinalem-se em relação àqueles os trabalhos surgidos no 1 Colóquio de Estudos Rurais, Coimbra, Março de 1981.

Se aceitarmos que a formação bruta de capital fixo em agricultura serve principalmente para «exercer um constrangimento monetário sobre a agricultura através do endividamento camponês»²⁹, podemos interrogar-nos: até que ponto a recriminação à parcimônia com que muitos agricultores têm investido em equipamentos vendidos pela indústria não significa, afinal, a verificação desagradada da resistência camponesa a um importante mecanismo de submissão da agricultura ao capital de sede urbana, resistência que, por seu lado, se alimentou de soluções particulares de articulação com o desenvolvimento desse mesmo capital?

A segunda nota refere-se ao fabuloso volume de transferências monetárias que o êxodo rural, sobretudo a emigração, fez afluir ao campo e cuja utilização foge a interferências directoras de agentes exteriores às comunidades de origem migrantes.

Injecções de dinheiro proveniente da venda de uma mercadoria em mercados remotos e que não resulta directamente do processo de trabalho agrícola enquanto tal, mas que, em contrapartida, habilitou os seus beneficiários a adquirir, sem vender, as terras, os bens de consumo ou equipamentos a que aspiravam, a dialogar com fornecedores sem humilhações a jusante da produção agrícola, nem o recurso ao crédito e o consequente endividamento - tais injecções de dinheiro constituem, afinal, um dos factos mais perturbadores da «normal» extensão das relações mercantis à esfera da produção agrícola.

²⁹ C. Palloix, comun. cit., in *op. cit.*, p. 4.

Mecanização e emigração em 1968-70

[QUADRO Nº 10]

Distritos	Índice de mecanização (a)	Remessas/PAB x 100
Continente.....	9,0	45,4
Aveiro.....	10,3	49,3
Beja.....	5,1	16,2
Braga.....	33,3	76,6
Bragança.....	25,4	47,9
Castelo Branco.....	5,8	61,1
Coimbra.....	14,2	28,0
Évora.....	6,3	6,3
Faro.....	11,9	57,0
Guarda.....	22,2	77,5
Leiria.....	12,4	72,0
Lisboa.....	8,9	71,2
Portalegre.....	7,5	4,2
Porto.....	32,1	59,9
Santarém.....	8,3	22,2
Setúbal.....	8,3	20,5
Viana do Castelo.....	50,4	81,7
Vila Real.....	43,3	55,9
Viseu.....	6,1	34,9

(a) O índice é número de explorações com tractores em 1968 / número de explorações com tractores em 1952-54 (retirado de E. Freitas e outros, *op. cit.*, p. 97).

Fonte: V. Corregedor da Fonseca, A Poupança ao Nível Regional, Banco de Fomento Nacional («Estudos»), 1975.

Por um lado, tais transferências aliviaram a pressão para a intensificação produtiva que foi regra na Europa expansionista do pós-guerra. Na verdade, pode estimar-se o acréscimo de produtividade necessário para gerar idêntico volume de rendimentos através do trabalho agrícola, por parte dos que ficavam no amanho das terras, em 45% para o ano de 1970...

Por outro lado, a intensificação da mecanização coincide com o impacte diferenciado à escala distrital das remessas dos emigrantes, a dar fé às estimativas existentes, conforme se vê no quadro n.º 10.

À excepção de Lisboa, Castelo Branco e Coimbra, a posição dos distritos relativamente à média nacional é semelhante em ambos os indicadores. O esforço de mecanização agrícola na década de 1960 tem alguma correlação com o volume de remessas de emigrantes e pode supor-se fundamentadamente que não está associado a um processo violento de endividamento camponês, como sucedeu noutras latitudes.

Importa colocar, como já antes disséramos, o processo de mercantilização no centro dos nossos raciocínios quanto à agricultura portuguesa. Se é certo que, em capitalismo, «o mercado é intrinsecamente uma estrutura de poder, em que a posse de certos atributos dá vantagem a alguns agrupamentos de

indivíduos relativamente a outros»³⁰, não menos certo é que entre esses atributos estão, no caso português, alguns que se constituem em relevantes factores de entrave ao progresso da mercantilização das formas de produção agrícolas.

Os efeitos de um violento processo de internacionalização pela emigração da força de trabalho camponesa puderam, na verdade, ser geradores de resistência mais folgada por parte de significativas faixas do campesinato em relação à agressividade (moderada) do capitalismo nacional.

³⁰ Anthony Giddens, *The Class Structure of the Advanced Societies*, Hutchinson of London, 1973, p. 102